



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO PARA A COORDENAÇÃO DA ACÇÃO AMBIENTAL

Relatório dos seminários de definição das prioridades do GEF 5 para Moçambique

1. INTRODUÇÃO

Moçambique beneficiou-se dos fundos do GEF destinados ao Exercício Nacional de Formulação de Prioridades Nacionais para o GEF-5, em cerca de \$29 999. No exercício de formulação de prioridades nacionais para o GEF-5, foram realizadas consultas provinciais e nacionais durante o mês de Março e que tinham como objectivos: (i) definir prioridades nacionais para o GEF-5 nas áreas de biodiversidade, mudanças climáticas e degradação de terra; (ii) divulgar informação sobre GEF e as actividades do GEF no país; (iii) divulgar as convenções ambientais ratificadas por Moçambique e que têm o GEF como o mecanismo financeiro; (iv) divulgar os fundos estabelecidos no âmbito da UNFCCC; (v) divulgar informação sobre o Small Grant Program. Participaram nas Consultas provinciais e nacional representantes das instituições do governo, academias, sector privado e da sociedade civil. Para a Consulta Nacional foram convidadas as agências implementadoras com representação em Maputo a procederem apresentação sobre vantagens comparativas que têm. As consultas provinciais tiveram lugar nas cidades de Matola, Tete, Beira, Nampula, Quelimane e Pemba e a consulta nacional na cidade de Maputo.

Para o período de 2010 a 2014, o quinto ciclo do GEF, o país tem alocado cerca de 13.06 milhões de dólares americanos assim distribuídos: biodiversidade (7 milhões), mudanças climáticas (3.19) e degradação de terras (2.87). Para além dos valores acima referidos, o país tem ainda a sua disposição 1.2 milhões de dólares para o Programa de Pequenas Doações. Reconhecendo a relevância que o Programa de Pequenas Doações tem na vida das comunidades, o GEF permite a transferência de parte de valores alocados nas áreas temáticas para contribuir para o Programa de Pequenas Doações. Assim, Moçambique poderá transferir até 2.4 milhões de dólares americanos para o Programa de Pequenas Doações.

○

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Consulta Nacional

Realizou-se no dia 27 de Março de 2012, no Museu da História Natural, o seminário nacional de definição das prioridades do quinto ciclo do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF 5) para o período compreendido 2010 e 2014 para Moçambique. O seminário foi organizado pelo MICOA e contou com a participação dos técnicos do MICOA, Directores Provinciais e dos Centros de Desenvolvimento Sustentável, instituições do Governo, sector privado, sociedade civil e ONG's.

O objectivo do seminário era de auscultar os vários sectores do governo, sector privado e sociedade civil sobre as áreas prioritárias para a implementação de projectos relacionados com as mudanças climáticas, biodiversidade e degradação de terras. Adicionalmente, pretendia:

- Divulgar informação sobre o GEF e suas áreas focais;
- Divulgar informação sobre as Convenções ambientais que têm como mecanismo financeiro o GEF incluindo acções realizadas e prioridades nacionais no âmbito das convenções;
- Divulgar outras oportunidades de financiamentos ambientais nomeadamente LDCF, SCCF, AF e SGP;
- Divulgar os projectos implementados ou em curso, no país, financiados pelo GEF;
- Partilhar a informação sobre o processo de integração das questões ambientais nas prioridades das agências implementadoras do GEF em Moçambique (PNUD, UNEP, Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, FAO e IFAD)
- Apresentação dos resultados das consultas provinciais e harmonização das prioridades em plenária.

Para a Consulta Nacional, participaram representantes das instituições do governo a nível nacional e provincial (2 por província), representantes do sector privado e sociedade civil para além dos representantes das agências implementadoras do GEF (PNUD, FAO e Banco Africano).

A sessão de abertura foi presidida pelo Excelentíssimo Senhor Secretário Permanente do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, Eng. Maurício Xerinda que agradeceu a presença de todos e de forma resumida apresentou o historial do GEF. Em seguida, a Directora de Cooperação, Telma Manjate, submeteu a aprovação dos participantes a proposta de agenda para aprovação.

Aprovada a agenda, iniciaram os trabalhos, com apresentação das três Convenções do Rio, nomeadamente, biodiversidade, mudanças climáticas e seca e desertificação. As apresentações versaram as seguintes questões: objectivos; compromissos assumidos pelo país ao ratificar a convenção e oportunidades estabelecidas pela convenção; acções relevantes implementada no âmbito da Convenção; e outras informações relevantes para o processo de formulação de prioridades incluindo a contribuição das convenções na realização das prioridades nacionais. Finda a apresentação das convenções do Rio, foi feita apresentação do Small Grant program e das seguintes agência implementadoras do GEF (PNUD, FAO e BafD)

Programa de Pequenas Doações (SGP)

O Coordenador do SGP, Sr Augusto Coreia, iniciou a sua apresentação com a visão geral do programa que coordena, tendo se referido que com o SGP providencia benefícios ambientais globais nos programas estratégicos do GEF através de iniciativas comunitárias. Em seguida, apresentou as cinco áreas focais do GEF incluindo as acções elegíveis em cada uma das áreas. Prosseguindo, apresentou o mecanismo operacional, prioridades de intervenção, tipo de actividades implementadas, projectos implementados e resultados obtidos e as perspectivas para o Programa Operacional 5.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

O representante do PNUD, Sr. João Fernando, informou que o PNUD tem vantagem comparativa no desenho e implementação de projectos do GEF resultante da longa experiência que esta organização tem tanto a nível internacional como nacional. Destacou algumas acções realizadas pelo país com a assistência do PNUD que inclui a revisão do relatório Nacional sobre Biodiversidade e a preparação do NAPA – Programa de Acção Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas. No âmbito do Quadro Geral das Nações Unidas (UNDAF), em coordenação com o Governo e com a estratégia do PARP, o PNUD, promove a planificação, implementação e monitoria conjunta com Governo de várias acções incluídas nas prioridades do GEF. Disse que os valores cobrados pelo PNUD referentes a gestão administrativa e financeira dos projectos do GEF variam de 3% a 7% do custo total do projecto.

Finalizou enumerando alguns dos projectos do GEF implementados no país, a saber:

- Adaptação nas zonas costeiras de Moçambique onde os parceiros de implementação são: MICOA, MPD, INAM;
- Financiamento Sustentável do Sistema de Áreas Protegidas de Moçambique, e os parceiros de implementação são: MITUR, Carr Foundation e WWF;
- Adaptação á seca e as Mudanças Climáticas cujos parceiros de implementação: MICOA, MINAG; MOPH, INAM, MIC.

Organização para Alimentação e Agricultura (FAO)

A representante da FAO, Eng^a Carla Cuambe, apresentou informação sobre a organização que representa tendo tido que a FAO apoia o desenvolvimento de vários Acordos Ambientais Multilaterais; existe uma correspondência entre os objectivos, estratégias e prioridades da FAO e do GEF; e, que a FAO tem capacidade de mobilização de recursos. Prosseguindo, apresentou o historial da FAO no GEF, tendo informado que em 1992 a FAO começa a contribuir para execução de projectos GEF liderados pelo PNUD, UNEP e o Banco Mundial, tendo se tornado uma das agências executoras do GEF em 2001 com acesso directo aos fundos do POP's e em 2006, a FAO tem acesso directo aos fundos em todas as áreas focais do GEF. São prioridades da FAO nas áreas focais do GEF as seguintes: biodiversidade (conservação e uso sustentável da biodiversidade importante para agricultura, florestas e pescas, manejo sustentável da floresta); mudanças climáticas (bioenergia, conservação dos stocks de carbono no solo e florestas e monitoria do fluxo de carbono nos sistemas de uso de terra); rios internacionais (implementação do Código de Conduta da FAO para a Pesca Responsável, abordagem de ecossistemas para uma manejo sustentável dos recursos pesqueiros e gestão integrada dos recursos hídricos e de bacias hidrográficas), degradação de terras (gestão sustentável da terra e água, manejo sustentável das florestas) e na área de poluentes orgânicos persistentes (gestão do ciclo de vida dos pesticidas através da implementação do Código de Conduta Internacional sobre a Distribuição e Uso dos

Pesticidas, inventário, salvaguarda, eliminação e prevenção de pesticidas obsoletos e manejo integrado de pragas)

Concluindo informou que a FAO está bem posicionada para oferecer suas capacidades e serviços para intensificar parcerias e expandir a sua colaboração directa com o GEF e as agências do GEF para ajudar os países membros a enfrentarem o ambiente cada vez mais complexo e os desafios de uma comunidade global.

Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)

Apresentação feita pelo representante do BAD, Sr. César Tique, que iniciou dizendo que a organização que representa pertence aos países africanos e financia actividades com base em documentos estratégicos e, para o caso de Moçambique, considera as prioridades constantes do Plano de Acção para a Redução da Pobreza e o Plano Económico e Social, priorizando, as questões do ambiente, género e mudanças climáticas e, nas suas acções, o BAD dá primazia a abordagens que são ambientalmente e socialmente sustentáveis, não causam nenhum prejuízo ao ambiente e tenham em conta a participação de todos os intervenientes no processo. Informou que o BAD está a adoptar novos guiões com vista a facilitar o acesso aos fundos do GEF e tem STAFF com conhecimentos dos mecanismos de financiamento do GEF e podem ajudar o Governo no desenho de projectos. A ajuda do BAD iniciou, no país, em 1977, os principais sectores de apoio são: infraestruturas, agricultura e energia. A presença do Banco em Moçambique está a contribuir para uma melhoria de diálogo e resposta atempada. Para o período 2012 – 2014, as áreas potenciais de parcerias são: (i) **degradação de terra e biodiversidade:** projecto de manejo sustentável de terra e água, restauração de habitats e gestão do ambiente para mitigação; (ii) **adaptação às mudanças climáticas:** actividades de adaptação para sectores chaves existentes no portefólio actual ligadas a agricultura e transportes.

Finda as apresentações das Agências Implementadoras do GEF iniciou o processo de identificação das prioridades nacionais considerando os resultados saídos das Consultas provinciais. Este exercício foi feito em plenária. O exercício resultou na identificadas das seguintes prioridades nacionais:

- Alocação de 2.4 milhões de dólares para o Programa de Pequenas Doação (SGP) para a implementação de projectos nas comunidades demonstrando como as convenções ambientais contribuem para a redução da pobreza e desenvolvimento sustentável local. Os 2.4 milhões são contribuições de mudanças climáticas (1.0 milhão), biodiversidade (1.0 milhão) e degradação de terras (0.4 milhões);
- **Biodiversidade**
 - Melhorar a sustentabilidade dos sistemas de áreas protegidas – sendo a primeira opção os projectos que resultarem no aumento das receitas para o sistema de áreas protegidas e em segundo lugar os que resultarem no melhoramento da eficácia de gestão de áreas protegidas;
 - Integrar a conservação da biodiversidade e uso sustentável ao nível das paisagens produtivas (terra e mar) e dos sectores, dando prioridade aos projectos que resultem na expansão das paisagens geridas de forma sustentável integrando a conservação da biodiversidade, seguido de

projectos de gestão de espécies exóticas e por fim os projectos que abordam o quadro de políticas e regulatório

A justificação é de que o país já tem um quadro político e o que falta é o aumento de receitas para uma melhor gestão das áreas protegidas. Moçambique aumentou significativamente as áreas protegidas e neste momento a grande preocupação é de atingirmos os 20%, através do uso sustentável da terra e do mar.

- **Mudanças climáticas**

- Conservação e expansão dos sumidouros de carbono através de programas LULUCF,
- Energias renováveis, onde se priorizam projectos de investimentos e de tecnologias para energias renováveis, seguidos de projectos para o melhoramento do quadro político e regulador;

Os participantes justificaram esta opção nos seguintes termos: o país é rico em recursos florestais e há necessidade de tirarmos benefício dela através do modo como usamos a terra e as florestas, tendo em conta que estamos em processo de beneficiarmos do REDD.

- **Degradação de terras**

- Para estes fundos será dada prioridade a projectos que resultem na redução da pressão sobre os recursos naturais causadas pelo uso competitivo da terra.

A escolha desta opção reside no facto de ser urgente reduzir a pressão a que os recursos estão sujeitos agora promovendo o seu uso sustentável de modo a garantirmos a continuidade destes para as gerações presentes e futuras.

Findos os trabalhos, o Excelentíssimo Senhor Secretário Permanente agradeceu a participação de todos, tendo informado que com os resultados do encontro tinham sido definidas as prioridades nacionais para o GEF-5, reconhecendo que o valor alocado ao país não era suficiente para os desafios que temos mas que contribuirá para a implementação das prioridades nacionais de desenvolvimento.

2.2 Consultas Provinciais

Conforme mencionado na introdução, foram realizadas seis consultas provinciais que contaram com a participação de instituições do governo, representantes do sector privado e da sociedade civil. Estas consultas contaram com a facilitação de técnicos do nível central que participaram num processo de treinamento que culminou com a participação destes na consulta realizada na Cidade da Matola, província de Maputo como forma de Como parte de treinamento dos técnicos do nível central na facilitação das Consultas provinciais, estes participaram na Consulta da Provincia de Maputo, na Cidade da Matola.

Ainda em preparação as Consultas provinciais, orientaram-se as Direcções Provinciais na preparação do evento, tendo sido lhes informada sobre a necessidade de convidarem

30 participantes que fossem representantes de instituições do governo (água, agricultura, florestas, turismo, gestão de calamidades, planificação e desenvolvimento, etc) assim como representantes do sector privado, da sociedade civil e academias.

A semelhança da Consulta nacional, as consultas provinciais iniciaram com a sessão de abertura feita pelo Director Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental, seguida de apresentações da informação sobre o GEF suas áreas focais, o exercício de priorização em grupo, apresentação dos resultados da priorização em plenária e discussão e o encerramento.

3. Conclusões sobre as Consultas Provinciais e Nacional

As Consultas provinciais e nacional serviram para divulgar a informação sobre o GEF incluindo actividades realizadas no país financiadas pelo GEF assim como para divulgar as Convenções ambientais que têm o GEF como o mecanismo financeiro e as actividades do SGP.

Os participantes foram unânimes em considerar positivas as acções realizadas pelo SGP, pois estas demonstram como as convenções ambientais contribuem para a realização das prioridades nacionais (redução da pobreza e desenvolvimento sustentável). Solicitou-se ao MICOA em colaboração com o PNUD a realizarem cursos de capacitação no desenho e implementação de projectos de pequenas doações.

Recomendou-se ainda a realização de actividades de capacitação no desenho de projectos que possam concorrer aos diferentes financiamentos existentes por forma a que o país tire maior proveito das oportunidades existentes na cooperação ambiental internacional bem como maior divulgação das oportunidades pelos diferentes actores.

Foi questionado o critério usado na alocação dos fundos, principalmente, na área de mudanças climáticas, onde a questão de adaptação não é considerada, sabendo que os países já estão a enfrentar os impactos das mudanças climáticas.

ANEXO 1: Prioridades Nacionais Definidas para o GEF-5

As Consultas realizadas no País definiram como prioridades nacionais para os fundos alocados pelo GEF 5 as seguintes:

- **Small Grant Program** em que acordou-se em alocar 2.4 milhões de dólares americanos, sendo 1.0 milhão da biodiversidade; 1.0 milhão das mudanças climáticas e 0.4 milhões de degradação de terras
- **Biodiversidade**
 - 1ª Prioridade: Melhorar a sustentabilidade dos sistemas de áreas protegidas.
 - 2ª Prioridade: Integrar a conservação da biodiversidade e uso sustentável ao nível das paisagens produtivas (terra e mar) e dos sectores.
- **Mudanças climáticas**
 - 1ª Prioridade: Conservação e expansão dos sumidouros de carbono através de programas LULUCF
 - 2ª Prioridade: Energias renováveis
- **Degradação de terras**
 - 1ª e única prioridade: Reduzir as pressões sobre os recursos naturais causadas pelo uso competitivo da terra.